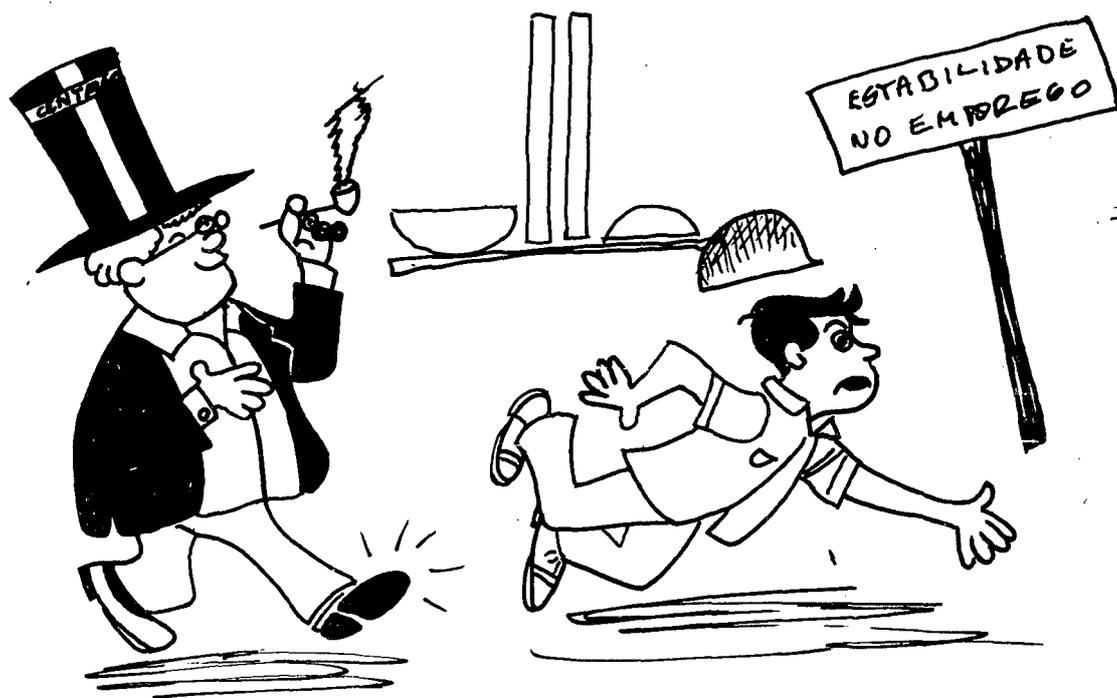


# Aconteceu

**CENTRÃO PRETENDE  
DERRUBAR ESTABILIDADE**

KARDEX  
MC  
PP  
DOC. GERAL



**TRABALHADORES SEM TERRA  
OCUPAM  
FAZENDAS NO SUL**

# Aconteceu

Aconteceu nº 435

novembro/1987

CEDI Centro Ecumênico de  
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone: 825-5544  
01238 - São Paulo - SP

## Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto

Carlos Alberto Correia da  
Cunha

Carlos Alberto Ricardo

Heloísa de Souza Martins

Henrique Pereira Junior

Jather Pereira Ramalho  
(coordenador)

Jorge Luiz Carrera Jardineiro

Mercus Vinicius Grod Borges

Neide Estarci

Sérgio Alli

Vera Maria Masagão Ribeiro

## Editor

Jorge Luiz C. Jardineiro

## Diagramação e Arte

ART G.F. APHICA

Praça Floriano, 55/602

Rio de Janeiro - RJ

Preço do exemplar avulso:  
Cz\$ 2,00

## Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos*, *trabalhadores rurais*, *índios*, *movimentos populares*, *igrejas*, *política nacional*, *notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe; comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

## Assine a Revista

**tempo e presença**

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio  
você recebe de brinde  
um exemplar das Cartas do CEDI.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -  
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.  
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

## Assine o Boletim

# Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o  
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241  
Rio de Janeiro - RJ

# Constituinte

## SISTEMATIZAÇÃO ATRASADA RELÓGIO PARA CONCLUIR VOTAÇÃO

Aos 15 minutos da madrugada de ontem, mas com o relógio do plenário, devidamente atrasado, marcando meia-noite em ponto, a Comissão de Sistematização terminou a maratona da votação das emendas às disposições transitórias do projeto da Constituição. A sessão que começou às 9 h da manhã e só foi interrompida para o almoço. Ontem, já com o plenário vazio, foi aprovada por 58 votos e com três abstenções a redação final das disposições transitórias. O projeto aprovado pelos 93 componentes da Sistematização será votado pela totalidade dos 559 constituintes no plenário. Para aprovação de emendas, serão necessários 280 votos.

## OS PONTOS PRINCIPAIS DO PROJETO APROVADO

### Título I

#### Dos princípios fundamentais

\* Entre os objetivos fundamentais do Estado estão os de erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

\* Fica estabelecido também que o Brasil fundamenta suas relações internacionais nos princípios da independência nacional, na prevalência dos direitos humanos, na autodeterminação dos povos e na defesa da paz.

\* O Brasil repudiará o terrorismo e o racismo e se empenhará na formação de um tribunal internacional dos direitos humanos.

\* O país buscará também a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

### Título II

#### Dos Direitos e Garantias Fundamentais

\* Fica prevista a aprovação de lei para punir, como crime inafiançável, qualquer violação dos direitos e liberdades fundamentais. Essa lei considerará a prática da tortura crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia. Não haverá tribunais especiais para crimes políticos e a Justiça Militar só julgará crimes militares.

\* É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato, sendo ainda inviolável a liberdade de consciência e de crença.

\* Quem deixar de pagar pensão alimentícia ou sonegar tributos poderá ser preso.

\* O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de comprovado envolvimento com tráfico internacional de drogas e entorpecentes.

\* A propriedade rural de até 25 hectares, desde que trabalhada por uma família, não poderá ser objeto de penhora para pagamento de quaisquer débitos.

\* Além das garantias individuais previstas na atual Constituição, haverá o mandado de injunção e o habeas data. O mandado de injunção destina-se a assegurar de direitos que o Estado ainda não cumpriu, como salário mínimo suficiente para o trabalhador e sua família. O habeas data permitirá que o cidadão tenha acesso a informações e referências sobre ele guardadas em bancos de dados.

\* Os trabalhadores urbanos e rurais ganham estabilidade no emprego contra demissão imotivada, participação nos lucros das empresas, jornada semanal de 44 horas e remuneração em dobro para horas extras de trabalho. Mas essas obrigações sociais não se aplicam à pequena empresa com até dez empregados.

\* A licença remunerada à trabalhadora gestante passa de 90 para 120 dias.

\* A empregada doméstica tem direito ao salário mínimo, irredutibilidade de salário, décimo-terceiro salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e aposentadoria. Mas não terá licença-maternidade, estabilidade, seguro-desemprego, fundo de garantia, salário-família, jornada de 44 horas e hora extra em dobro.

\* As empresas com mais de 50 empregados ficarão obrigadas a ter pelo menos 10% do quadro de pessoal preenchidos por maiores de 45 anos.

\* O voto é facultado aos menores a partir de 16 anos.

\* A associação profissional e sindical é livre e está proibida qualquer interferência ou intervenção do estado nos sindicatos.

\* A greve é livre, mudando radicalmente o conceito atual.

\* Trabalhadores e empregadores participam de órgãos profissionais e previdenciários.

### **Título III**

#### **Da organização do Estado**

\* A República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, dela excluindo-se os territórios, que passam a ser unidades integrantes da União.

\* Compete apenas à União explorar os serviços e instalações nucleares e exercer o monopólio estatal sobre os minérios nucleares e seus derivados.

\* Qualquer atividade nuclear só será admitida em território nacional para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional.

\* Os governadores eleitos para os Estados passam a tomar posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, e não mais no dia 15 de março.

\* O povo poderá agora fiscalizar pessoalmente as contas dos prefeitos municipais.

\* Depois de 27 anos, o Distrito Federal ganha o direito de eleger governador e assembléia legislativa. A eleição será a 15 de novembro de 1988.

\* Os servidores públicos terão seus vencimentos reajustados na mesma época e na mesma proporção dos militares.

\* Os ministros de Estado e os do Supremo Tribunal Federal terão vencimentos iguais aos deputados e senadores. Todos, incluindo os militares, estarão sujeitos ao Imposto de Renda.

\* O nepotismo será combatido com a proibição de que cônjuge ou parente até segundo grau assumam função de confiança sem concurso público.

\* Para combater os marajás, o projeto proíbe que os acréscimos pecuniários recebidos por servidor público sejam acumulados para concessão de acréscimos ulteriores.

\* O servidor público ganha o direito de associação sindical e liberdade para fazer greve, desde que não paralise serviços inadiáveis para a comunidade.

### **Título IV**

#### **Da Organização dos Poderes e Sistema de Governo**

\* O Brasil passa a ter um sistema parlamentar de governo com um primeiro-ministro nomeado pelo presidente da República; o primeiro-ministro deve ser membro do Congresso Nacional, com mais de 35 anos de idade.

\* Fica extinta a figura do vice-presidente da República. Em seus impedimentos, o presidente será substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

\* No caso de vacância da Presidência, haverá eleições 45 dias depois, iniciando o eleito um novo período de governo.

\* O mandato do presidente é de cinco anos. No entanto, o mandato de Sarney será de quatro, havendo eleições para a sucessão em 1988.

\* O presidente será eleito por maioria absoluta de votos, em sufrágio universal, direto e secreto.

\* Se nenhum dos candidatos conseguir maioria absoluta, será convocada outra eleição (segundo turno) 30 dias após a proclamação do resultado da primeira. Concorrerão somente os dois candidatos mais vota-

dos na primeira, ganhando aquele que obtiver maioria dos votos.

\* Com o parlamentarismo, o presidente da República está proibido de se filiar a partidos políticos.

\* O presidente da República será árbitro do governo, cabendo ao primeiro-ministro praticamente todas as responsabilidades pelas ações governamentais.

\* A Câmara dos Deputados poderá, por maioria absoluta e por iniciativa de um quinto de seus membros, aprovar moção de censura ao primeiro-ministro e aos ministros de Estado. Nesse caso, cairá todo o gabinete do governo.

\* É criado o Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente. O Conselho será consultado em casos de dissolução da Câmara dos Deputados; nomeação e exoneração do primeiro-ministro; intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

\* É criado o Conselho de Defesa Nacional como órgão de consulta do presidente nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado.

\* O Congresso Nacional ganhou amplas prerrogativas. Caberá a ele, entre outras funções, examinar concessão de emissoras de rádio e televisão; escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União; autorizar a exploração de riquezas minerais em terras indígenas e determinar a realização de referendo.

\* Além disso, o Congresso Nacional ganhou o poder de julgar todas as contas prestadas pelo primeiro-ministro e a execução dos planos de governo.

\* As Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional terão poderes de investigação iguais aos das autoridades judiciais e podem ser criadas pela Câmara ou pelo Senado, desde que haja requerimento de um terço de seus membros.

\* A Constituinte poderá receber emendas de iniciativa popular. Para serem apresentadas à Câmara dos Deputados, essas emendas ou projetos-de-lei terão que ser subscritas por, no mínimo, 0,3% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos

cinco estados, com não menos de 0,1% dos eleitores de cada um deles.

\* Somente em caso de urgência, o presidente da República, por solicitação do primeiro-ministro, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las imediatamente ao Congresso Nacional. Fica abolida a figura do decreto-lei.

## **Título V**

### **Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas**

\* Ficam abolidas as medidas de emergência e o estado de emergência.

\* Em compensação, fica criado o estado de defesa para preservar ou restabelecer a ordem pública e a paz social em locais de terminados ou restritos. O estado de defesa também se aplica às calamidades naturais. Será decretado pelo presidente da República por solicitação do primeiro-ministro, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

\* O estado de defesa permite restrições ao direito de reunião, censura às comunicações e da correspondência. Na hipótese de calamidade pública, a ocupação de bens e serviços públicos e privados.

\* A execução das medidas previstas no estado de sítio e estado de defesa serão acompanhadas por uma comissão do Congresso Nacional.

\* As Forças Armadas destinam-se à defesa do país, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem.

\* O serviço militar é obrigatório. Depois de alistado, o cidadão poderá alegar impeditivo de consciência para se eximir das atividades de caráter essencialmente militar. Nesse caso, as Forças Armadas lhe atribuirão um serviço alternativo.

## **Título VI**

### **Da Tributação e Orçamento**

\* Estados e municípios saem fortalecidos com a reestruturação dos fundos de participação, que se alimentam da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI - Imposto

sobre Produtos Industrializados. Atualmente os estados ficam com 15% deste bolo e os municípios com 17,5%. A Constituinte eleva estes percentuais para 21,5% para estados e 22,5% para municípios. Ao repasse destes recursos - que será implantado gradualmente até 1993 -, corresponderá a transferência da União para as duas instâncias administrativas da responsabilidade de sobre serviços de assistência social e sobre os níveis básicos da educação escolar.

\* Os tesouros estaduais se fortalecem também com a mudança na base de cálculo do ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias - que passa a incorporar os impostos únicos federais - mineração, comunicações, transporte, energia elétrica e de combustíveis e lubrificantes. O novo nome proposto para o tributo é ICMS - S de Serviços - e ele traz a novidade de ter alíquotas diferenciadas, podendo incidir com pesos diferentes em função da essencialidade das mercadorias.

\* Os estados ganham ainda a possibilidade de cobrarem 5% do Imposto de Renda sobre ganhos de capital. O benefício atinge, sobretudo, os estados do sul e sudeste, onde se concentram em maior número as operações financeiras.

\* A União, que perde 20% de sua receita bruta com a nova fórmula do ICM e dos fundos de participação, deixará de contar também com a possibilidade de usar o empréstimo compulsório para reduzir o poder aquisitivo da população.

\* Surge o imposto sobre grandes fortunas. A definição de "fortuna" será feita por lei complementar.

\* Todas as mercadorias deverão expor em seus rótulos o preço final do produto e o detalhamento dos impostos incidentes.

\* Vários impostos tornam-se progressivos, como é o caso do IPTU - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana. Quem mora melhor pagará mais.

\* Os gastos da União terão controle estreito do Congresso. Os orçamentos da União, das empresas estatais e da Previdência Social passam pelo crivo de deputados e senadores.

## **Título VII**

### **Da Ordem Econômica e Financeira**

\* Na reforma agrária, o direito de propriedade está condicionado à função social da terra. A imissão na posse foi deixada para a legislação ordinária.

\* Empresa nacional passa a ser aquela que tem a maior parte de suas ações em poder de pessoas físicas residentes no país. Ganha o direito exclusivo à pesquisa e lavra de recursos e jazidas minerais.

\* As empresas com capital estrangeiro conservam o direito de pesquisa sobre vastas extensões do subsolo.

\* A distribuição de derivados do petróleo só poderá ser feita por empresas nacionais, o que praticamente cassa o direito de permanência no país da Esso, Shell, Atlantic e Texaco, que controlam 54,7% desse serviço.

\* A criação de empresas estatais dependerá de autorização do Congresso. Elas ficarão sujeitas ao regime jurídico das empresas privadas.

\* As prefeituras ficam autorizadas a promover a reforma urbana, podendo criar leis para constringer a existência de lotes desocupados.

\* Acabam as cartas patentes que hoje são emitidas pelo Banco Central, como autorização para a implantação de agências bancárias.

## **Título VIII**

### **Da Ordem Social**

\* Os trabalhadores rurais e urbanos beneficiam-se igualmente da Seguridade Social.

\* As contribuições sociais dos empregadores incidirão também sobre o faturamento e o lucro, além das folhas de pagamento.

\* O marido ou companheiro tem direito a receber os benefícios decorrentes da contribuição da esposa ou companheira.

\* A aposentadoria será aos 35 anos de serviço ou 65 anos de idade para o homem

e aos 30 anos de serviço ou aos 60 anos de idade para a mulher. Nenhum benefício terá valor inferior ao salário mínimo.

\* Deficientes físicos terão direito a um salário mínimo desde que não possam prover seu próprio sustento, bem como todo cidadão acima de 64 anos.

\* A aposentadoria será com salário integral.

\* Em setores de tecnologia de ponta, serão consideradas empresas nacionais as que estejam submetidas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

\* A concessão de emissoras de rádio e televisão será submetida ao Congresso Nacional que, para isso, criará o Conselho Nacional de Comunicação.

\* Caiu o limite de um único divórcio por casal. Não haverá mais limite.

\* Fica eliminada a diferença entre filhos legítimos, naturais e adotivos. Todos serão iguais perante a lei.

\* A exploração mineral nas terras indígenas depende agora de autorização do Congresso Nacional. (JB - 19/11/87)

### **"CENTRAO" MOBILIZA ATÉ QUATRO AVIOES PARA MUDAR REGIMENTO**

O grupo do "Centrao", que reúne os "conservadores" do Congresso constituinte, montou uma verdadeira operação de guerra para garantir a presença de mais de trezentos parlamentares na próxima terça-feira em Brasília, quando serão votadas alterações ao regimento interno do Congresso constituinte. Além de oito secretárias disparando telefonemas para todos os cantos do país, quatro jatinhos, emprestados pelos senadores peemedebistas Saldanha Derci (MS) e Olavo Pires (RO), estão à disposição do grupo. O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos articuladores do "Centrao", disse ontem que 270 parlamentares confirmaram presença à sessão que vai votar as alterações no regimento propostas pelo "Centrao" que, caso aprovadas, irão permitir a apresentação de no-

vas emendas ao projeto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização. Outros 39 parlamentares estão sendo procurados. Certos de que as alterações serão apoiadas, o "Centrao" já está elaborando propostas de alteração ao projeto constitucional. Ontem, o deputado José Lins (PFL-CE) começou a classificar as primeiras sugestões encaminhadas pelo grupo. Das trezentas emendas, a maioria trata de assuntos dos "Direitos Sociais" e da "Ordem Econômica". (JB - 21/11/87)

### **ESTABILIDADE PODE SER SUBSTITUÍDA POR INDENIZAÇÃO**

O princípio da estabilidade no emprego, aprovado pela Comissão de Sistematização, deverá ser derrubado no plenário do Congresso constituinte. O "Centrao", que reúne os constituintes "conservadores", trabalha com duas alternativas: ou estabelece a possibilidade de demissão com pagamento de uma indenização, ou remete o assunto para a legislação ordinária. Os "moderados" do PMDB preferem a segunda, mas já admitem que a estabilidade não será mantida. "Ninguém demite porque quer. Mesmo assim, a demissão tem de ser compensada com uma indenização", disse ontem o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos articuladores do "Centrao". Duas emendas representam essa posição: a do deputado Marx Rosenmann (PMDB-PR) e a "emenda popular", patrocinada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) e outras duas entidades de menor porte. (FSP - 20/11/87)

### **ULYSSES SÓ FAZ ACORDO COM CENTRAO APÓS SABER CONTEÚDO DAS EMENDAS**

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e do Congresso constituinte, reúne-se hoje com os principais articuladores do "Centrao" (grupo "conservador" suprapartidário) para negociar os pontos po-

lêmicos da nova Constituição - como estabilidade no emprego e reforma agrária -, além das modificações ao regimento interno da Constituinte. Depois do impasse entre as duas partes sobre o novo regimento, Ulysses convocou a reunião para saber até que ponto pode ceder para o "Centrão" no regimento sem ir contra os interesses do PMDB nas votações do texto constitucional. "Ulysses quis saber quais mudanças propomos para os pontos polêmicos", disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), um dos líderes do "Centrão". Ontem pela manhã, Magalhães e outros quatro membros do grupo estiveram com Ulysses para uma conversa preliminar. Sem um acordo sobre as modificações possíveis ao regimento do Congresso constituinte, Ulysses pediu um segundo encontro, para que o grupo apresentasse as emendas sobre os pontos polêmicos da nova Constituição. (FSP - 20/11/87)

## Trabalhadores Urbanos

### PORTUÁRIOS FAZEM GREVE DE ADVERTÊNCIA DE 24 HORAS

Cerca de 21 mil portuários de todo o país deverão realizar a partir da zero horas de hoje uma greve de advertência de 24 horas, conforme decisão tomada em assembleias realizadas desde a última sexta-feira no Rio de Janeiro, Vitória, Ilhéus, Salvador, Manaus, Paranaguá, Maceió, Fortaleza, Belém e Recife. A categoria reivindica 79,44% de reposição salarial e considerou inaceitável a contraproposta da Portobrás ("holding" do sistema portuário), que prevê a antecipação de aumentos escalonados de 5% em outubro, 6% em novembro e 6% em dezembro, para serem descontados no acordo de 1º de junho do próximo ano. Se após a greve de advertência a Portobrás não melhorar sua proposta, os portuários, segundo os sindicatos dos diversos Estados, farão nova assembleia para votar greve por tempo indeterminado. (FSP - 23/11/87)

### GREVE DE ADVERTÊNCIA PARA PRINCIPAIS PORTOS DO PAÍS

O chefe de gabinete da presidência da Portobrás, Atila Cabral, disse ontem, em Brasília, que a empresa ainda não tem uma avaliação do alcance e dos prejuízos provocados pela paralisação de 24 horas realizada ontem por seus funcionários em todo o país. Segundo Cabral, até o final da tarde de ontem não foi registrado qualquer incidente nos portos em decorrência da paralisação. "O movimento está aparentemente tranquilo", disse. O assessor informou que não houve nenhum encontro entre a direção da empresa e a Federação Nacional dos Portuários, que representa os trinta mil funcionários da empresa em todo o país. A última rodada de negociação ocorreu na sexta-feira passada, quando a direção da estatal contrapropôs à reposição salarial de 79,44% reivindicada pelos portuários, uma antecipação salarial de 5,5% em outubro, 6% em novembro e 6% em dezembro, não aceita pela categoria. Na avaliação do presidente da Associação Profissional dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários Nacionais em Brasília, Fred Crawford Prado, pelo menos 21 mil dos trinta mil portuários não trabalharam ontem. Em Brasília, onde se concentram oitocentos funcionários, a paralisação, segundo Prado, alcançou 99% da categoria. Só dois portos em todo o país - Imbituba, em Santa Catarina, e Rio Grande, no Rio Grande do Sul - não pararam ontem. A avaliação foi feita pelo primeiro secretário da Federação Nacional dos Portuários, Arlindo Borges Pereira. Os trabalhadores ameaçam entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 30 se a Portobrás não apresentar proposta no decorrer desta semana. Os presidentes de todos os sindicatos e associações de portuários reúnem-se amanhã ou quinta-feira no Rio, para avaliar a repercussão da greve de advertência. Segundo o comando de greve, o porto de Rio Grande não parou porque o telex da União Nacional dos Portuários, convocando para a greve, chegou atrasado. O de Imbituba, que é

operado por empresa privada, não parou porque o sindicato não aderiu ao movimento. (FSP - 24/11/87)

## **SINDICATO PEDE FISCALIZAÇÃO DE METALÚRGICAS PAULISTAS À CNEN**

O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas encaminhou à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) um pedido de fiscalização em seis indústrias metalúrgicas, instaladas no município e na cidade vizinha de Paulínia, que operam com material radiativo. Na lista, estão incluídas duas grandes empresas - a General Electric do Brasil e a IMB - em que o uso de fontes radiativas era "totalmente desconhecido" pelo sindicato. A GE, por exemplo, usa um aparelho que contém irídio 192, material de radiatividade muito superior à do céσιο 137, que provocou o acidente de Goiânia. Além de solicitar à CNEN uma rigorosa fiscalização e análise das condições de saúde dos funcionários dessas empresas - que, juntas, empregam 4.700 trabalhadores -, o sindicato vai encaminhar às indústrias, na próxima semana, uma pauta de reivindicações. É a primeira vez que um sindicato tenta abrir uma negociação exclusivamente voltada para o manuseio de material nuclear. De acordo com o presidente da entidade, Durval Carvalho, além de pleitear a participação do sindicato, da Subdelegacia Regional do Trabalho e do Centro de Saúde do Trabalhador (programa de saúde montado pelo governo estadual) na fiscalização, a pauta de reivindicações inclui: fornecimento imediato da relação dos trabalhadores diretamente envolvidos na manipulação de equipamentos com fontes radiativas; e comunicação ao sindicato dos resultados de exames médicos pré-admissionais e dos exames periódicos previstos pela CNEN; pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos trabalhadores; e negociação prévia e obrigatória com o sindicato para a instalação de novos equipamentos com fontes radiativas e para a transferência, alterações ou

Supressão do uso dos equipamentos atualmente existentes. (JB - 20/11/87)

## **FUNCIONÁRIO DE BRASÍLIA INICIA GREVE UNIFICADA COM PROTESTO**

Levando os filhos e exibindo caixões, faixas e cartazes com reivindicações e sugestões para que o governador José Aparecido "apareça", cerca de 15 mil servidores do Distrito Federal fizeram ontem um ato público em frente ao Palácio do Buriti. Foi o primeiro dia de uma greve unificada que, segundo os trabalhadores, paralisa as atividades, por tempo indeterminado, de 47 mil servidores de quatro fundações e quatro empresas ligadas ao governo do Distrito Federal. Até o início da noite de ontem, o governo do Distrito Federal não tinha uma avaliação oficial dos efeitos da paralisação. O Distrito Federal tem 85.655 funcionários públicos, dos quais, segundo o comando unificado de greve, 47.432 paralisaram as atividades. Os servidores não aceitaram o pedido de prazo até sexta-feira feito terça-feira pelo governador José Aparecido. O governo do Distrito Federal informou que pretendia, com a trégua, levantar as reivindicações e negociar junto ao governo federal o repasse de recursos para atendê-las. Nas assembleias de ontem e terça-feira, no entanto, os funcionários decidiram entrar em greve. Sexta-feira, em novas assembleias os grevistas avaliam o movimento. A unidade do movimento sindical é a forma mais eficaz de luta contra a política de arrocho do governo. E Brasília, que não tinha tradição de lutas sociais, de movimento sindical, agora está dando um exemplo para o Brasil inteiro -, disse o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Distrito Federal, Chico Vigilante, anunciando, para o ano que vem, um movimento único, com uma pauta também única de reivindicações. (JB - 19/11/87)

# Trabalhadores Rurais

## LAVRADORES GAÚCHOS

### INVADEM 9 MIL HECTARES DE TERRA

Mais de 8 mil lavradores sem terra (cerca de 2.400 famílias) invadiram ontem de madrugada duas fazendas e uma estação experimental no Rio Grande do Sul. A Brigada Militar não reagiu à ocupação dos mais de 9 mil hectares de terra. Duas das áreas invadidas - as fazendas Itati, no município de São Nicolau, e do Salso, em Palmeira das Missões - pertencem a políticos do PDT, o ex-candidato a governador Aldo Pinto e o ex-deputado Plínio Dutra, que já pediram à Justiça a reintegração de posse. A Universidade Federal de Pelotas, do na do Centro Agropecuário de Palma, ocupa do por 47 famílias, ainda não decidiu o que vai fazer. O secretário de Segurança, Valdir Valter, prometeu não retirar ninguém até que a Justiça se pronuncie. A Brigada Militar pôs barreiras nas estradas para impedir o acesso de novos invasores. As invasões de lavradores oriundos de 60 municípios e transportados em caminhões cobertos de lona foram planejadas há seis meses. (JB - 24/11/87)

### COLONO DA ANNONI OCUPOU EM PALMA

Quarenta e sete famílias de agricultores, provenientes do acampamento dos sem-terra da fazenda Annoni, em Sarandi (RS), ocuparam ontem o Centro Agropecuário de Palma, uma estação experimental da Universidade Federal de Pelotas, no município de Pelotas, a 225 quilômetros de Porto Alegre. Em ônibus e caminhões, os colonos chegaram às 9h e começaram a montar suas barracas, sem que fossem vistos, no primeiro momento, por funcionários da estação ou por soldados da Brigada Militar. Hoje começam a plantar hortigranjeiros. Meia hora depois, apareceu uma viatura da Brigada Militar mas os soldados se limitaram a

observar a manifestação sem interferir. Embora surpreso com a ocupação, o reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Rui Antunes, não pediu policiamento no local, por entender que o movimento é pacífico, mas ainda não definiu as medidas que adotará. (JB - 24/11/87)

### SALSO ACOLHEU 50 CAMINHÕES

Cerca de 4 mil colonos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do estado invadiram na madrugada de ontem a fazenda Salso, no município de Palmeira das Missões (a 390 quilômetros do RS). Esta foi a segunda maior invasão depois da realizada na fazenda Annoni, há dois anos, na região central do estado, que teve participação de 6 mil 500 pessoas. Eram 6h quando começaram a chegar os primeiros dos mais de 50 caminhões que trouxeram as famílias dos colonos. Em questão de minutos, eles descarregavam os mantimentos, arrebatavam a cerca da propriedade e montavam suas barracas de lona, tudo com muita animação e sorrisos. Vindos de 30 cidades da região central do estado, os invasores fizeram uma assembléia para estabelecer as comissões de alimentação, saúde, montagem de barracas e segurança. Por volta das 9h, o filho do proprietário, o médico veterinário Daniel Dutra, chegou com nove homens da 3ª Companhia de Polícia Militar de Palmeira das Missões, comandados pelo capitão PM Lair Antônio Vieira. Os invasores se espalharam pelos campos em volta dos bosques onde haviam se instalados. Os lavradores gritavam palavras de ordem e mostravam disposição de resistir, mas a polícia se retirou para buscar reforços. Um dos coordenadores da operação, Antoninho Mattes, disse que a ação dos colonos será de "defesa sem agressões". À tarde, o dono da fazenda do Salso, Plínio Pereira Dutra, entrou com ação de reintegração de posse no foro de Palmeira das Missões, observando que dos 2 mil 500 hectares de sua propriedade, 1 mil 300 estão ocupados por cultura, ainda que ele

próprio tenha admitido que as elevações da região reduzem a capacidade produtiva em 35%. (JB - 24/11/87)

## OUTRAS

### CULTOS AFRO-BRASILEIROS CRIAM ENTIDADE NACIONAL

Ialorixás, babalorixás e outros chefes religiosos de cinco estados brasileiros das diversas nações do culto afro-brasileiro - Nagô, Queto, Jeje, Angola, Omoloco, Caboclo e Umbanda, entre outros - anunciaram ontem a criação de sua entidade nacional, o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intercab). O Instituto é o resultado do 1º Encontro Nacional da Tradição dos Orixás e Cultura, realizado em agosto, no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, que decidiu pela criação do conselho religioso. O anúncio da criação do Intercab, inclusive o seu registro legal, foi feito pelo Coordenador do Conselho Religioso - uma espécie de CNBB do Culto afro-brasileiro - e sacerdote supremo do culto dos ancestrais, o alapini Deoscoredes Maximiliano dos Santos, mestre Didi. Já participaram do instituto as diversas nações afro-brasileiras da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão, Estados de mais forte presença do negro no Brasil desde o período colonial. A criação do Intercab foi decidida em outubro, numa reunião do Conselho Religioso - composto por dois representantes de cada estado - e teve o apoio da maioria dos participantes do encontro de agosto, no Ilê Axé Opô Afonjá. Seu objetivo principal é promover e preservar os valores espirituais, culturais e científicos da religião tradicional africana no Brasil, bem como manter intercâmbio com o culto de origem africana existente em países da América e Caribe. O Intercab representa o Brasil na Conferência Internacional da Tradição dos Orixás e Cultura, cujo quarto encontro será realizado em outubro do próximo ano no Haiti ou Cuba. (JB - 19/11/87)

### PROPRIETÁRIO DISPENSA UDR

Cerca de mil famílias de agricultores sem terra ocuparam ontem a fazenda Itati, de 5 mil 600 hectares (segundo os colonos) do ex-deputado e ex-candidato a governador em 1986 pelo PDT, Aldo Pinto, na localidade de Pirapó, município de São Nicolau. Não houve repressão por parte da Brigada Militar, porém, por ordem do tenente PM Pinheiro, do 14º Batalhão, foram instaladas barricadas em dois pontos da estrada, com três a quatro brigadianos em cada uma, para impedir o acesso de mais invasores ao acampamento da fazenda Itati. Aldo Pinto, que estava em Porto Alegre para receber o presidente nacional do seu partido, Leonel Brizola, anunciou que, através do seu advogado Dárcio Marques, de Passo Fundo, ingressará com uma ação de reintegração de posse na Justiça. Quando candidato a governador, Pinto defendia a reforma agrária, mas na época igualmente condenava as invasões, que já ocorriam, de terras produtivas, apoiando a ação da Farsul, que representa os fazendeiros. Mas Aldo Pinto dispensa a ajuda da UDR na defesa de suas terras. "Não conheço essa gente, eles não me interessam", diz. Pinto acredita que a Justiça lhe dará reintegração de posse de sua área, que ele garante ser de 1 mil 687 (e não 5 mil 600) hectares de reserva florestal e de área de pastagens, não agricultáveis, onde mantém criação de gado de corte e de leite, além de suínos, ovinos e cavalos. Pinto é contra a repressão aos colonos e acha que a Justiça é a melhor via para esse tipo de ocupação. (JB - 24/11/87)

## PROTESTO EM SANTIAGO LEVA 150 MIL ÀS RUAS

Uma multidão calculada em 150 mil pessoas participou, na capital chilena, da maior manifestação contra o regime militar dos últimos dois anos. Os milhares de manifestantes se reuniram no Parque O'Higgins, no centro da cidade, para pedir que a população vote não no plebiscito que o governo realizará ano que vem para sucessão do general Pinochet, quando os militares submeterão seu candidato único ao voto popular. A manifestação foi autorizada pelo Ministério do Interior e por isso não houve repressão policial, mas o governo fez tudo para minimizar a importância do protesto. O ministro do Interior Sergio Fernandez disse que a polícia calculou em 59 mil o número de manifestantes: "Foi mais uma derrota da oposição", declarou. Os organizadores do ato afirmaram ter reunido 300 mil pessoas, mas segundo as estimativas de jornalistas e diplomatas a cifra correta é de 150 mil pessoas. O protesto foi convocado pela Assembléia da Civilidade, entidade que reúne sindicatos, associações de profissionais liberais, grêmios estudantis e pequenos empresários. Todos os partidos oposicionistas, do Partido Comunista à Democracia Cristã, apoiaram a manifestação. Os apelos pela união da oposição foram o ponto em comum da maioria dos discursos. O presidente da Assembléia da Civilidade, o médico Juan José González, conclamou: - Provamos que somos maioria. Temos que coordenar uma só campanha para enfrentar as tentativas do ditador de se perpetuar no poder. O líder sindicalista têxtil Manuel Bustos criticou os partidos oposicionistas por brigarem entre si, sem conseguirem unir-se contra Pinochet: "Vamos continuar exigindo eleições livres, mas se isso não for possível vamos dizer não a Pinochet", disse ele. (JB - 21/11/87)

## NEGROS REÚNEM 5 MIL EM ATO CONTRA RACISMO

Com maracatus, capoeiristas, danças africanas, cânticos e poesias, ao som de atabaques, o Movimento Negro Unificado de Pernambuco reuniu, ontem, mais de 5 mil pessoas numa passeata pelas ruas do Recife, para comemorar o Dia da Consciência Negra, denunciar o racismo e exigir a mudança do nome da maior área verde do Centro da cidade - o Parque 13 de Maio -, para Parque 20 de Novembro - data da morte de Zumbi, o chefe do quilombo dos Palmares. Estamos iniciando aqui o ano de luta contra o racismo, com o apoio de quatro prefeituras da região metropolitana, que nos ajudarão a introduzir nas escolas da rede o verdadeiro ensino da história dos negros - afirmou Inaldete de Andrade, da direção do Movimento Negro Unificado. Em clima de festa, muito aplauso para as músicas e centenas de cartazes denunciando os problemas enfrentados pelos negros no país, a passeata movimentou o Centro da cidade, engarrafou o trânsito e contou com o apoio de muitos moradores dos prédios da Avenida Conde da Boa Vista - uma das principais da cidade. - Nossa contribuição à luta do negro vai incluir a adoção nas escolas municipais, de temas que mostrem aos alunos a existência da discriminação. E aboliremos os livros didáticos que apresentem uma visão distorcida da história negra, tão comuns - explicou a assessora pedagógica da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, Solange Costa Lima. (JB - 21/11/87)